

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 145.398 - TO (2016/0041964-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA DE PEDRO AFONSO - TO**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MARACAÇUMÉ - MA**
INTERES. : **RAIMUNDO MENDONÇA**
ADVOGADO : **JORGE LUIS FRANCA SILVA - MA012175**
INTERES. : **ESTADO DO TOCANTINS**

DECISÃO

Trata-se de Conflito de Competência, instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA DE PEDRO AFONSO - TO, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MARACAÇUMÉ - MA, suscitado.

Na origem, cuida-se de Ação de cancelamento de audiência de inquirição criminal c/c indenização por danos morais, ajuizada por Raimundo Mendonça, em face do Estado de Tocantins, sob o fundamento de que sua inclusão como testemunha ocular em crime de homicídio foi realizada de forma indevida, posto que se trata de homônimo do autor.

O Juízo de Direito de Maracaçumé declinou da sua competência e determinou a remessa dos autos à Comarca de Pedro Afonso, por entender que, "conforme o artigo 100, V, alínea a do CPC, o foro competente para processar e julgar a presente causa é o foro de Pedro Afonso (TO), considerando que o foi o Juízo da Vara Criminal de Pedro Afonso que expediu carta precatória, solicitando que este Juízo de Maracaçumé procedesse à oitiva da testemunha Raimundo Mendonça (que é o requerente da presente demanda), ou seja, o suposto ato ou fato ocorreu naquela comarca e não nesta comarca de Maracaçumé, razão pela qual este Juízo é incompetente para processar e Julgar a presente causa". Consignou, ainda, que "a ação deveria ser proposta no foro do domicílio do requerido (art. 94 do CPC), ou seja, na capital do Estado do Tocantins (art. 75, II do Código Civil), que é a comarca de Palmas" (fl. 34e).

O Juízo de Direito de Pedro Afonso, por sua vez, suscitou o presente Conflito, nos seguintes termos:

"A matéria encontra-se sumulada pelo STJ: '*A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.*' (Súmula 33), salvo casos em que há prevalência de interesse de consumidor.

Admite-se, todavia, exceção nas hipóteses em que a adoção da regra legal dificulte a defesa dos interesses da parte hipossuficiente. Não é o caso presente, pois entendo que se o autor ajuizou a ação na Comarca de Maracumé-MA, o fez porque era mais fácil para facilitar

acesso à justiça. não cabendo ao juízo local declinar de ofício, pois não é caso de competência absoluta.

(...)

Nada impede, contudo, que a parte-ré, se entender pertinente, ajuíze o competente incidente de exceção de incompetência, o que não foi o caso dos autos.

No caso em tela se aplica o artigo 100, p. único c/c artigo 94 do CPC. sendo permitido ao autor ajuizar a ação ou no seu domicílio, ou no local do ato ou fato, ou no domicílio do réu.

(...)

Ademais, verifico que se aplica o princípio da perpetuação da jurisdição (*perpetuatio iurisdictionis*). consignado no art. 87 do CPC, consoante o qual a competência processual, restando cristalizada quando do ajuizamento da demanda, não admite modificação, salvo hipóteses excepcionalmente previstas em lei, no geral referentes à competência absoluta, é dizer, determinada em razão da matéria, da pessoa ou da hierarquia funcional" (fls. 43/46e).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 65/66e, opina pelo conhecimento do conflito, para declarar competente o Juízo de Direito de Pedro Afonso, ora suscitante.

De início, conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.

In casu, Raimundo Mendonça pretende o cancelamento de audiência de inquirição criminal e reparação de danos morais, em razão de sua indevida intimação, proveniente da expedição de carta precatória emanada do Juízo da Vara Criminal de Pedro Afonso - TO.

Verifica-se que o Juízo deprecado não foi o responsável pela intimação do ora interessado para o comparecimento em audiência, tendo se limitado a exercer a jurisdição nos limites em que solicitado pelo Juízo deprecante.

Com efeito, segundo o artigo 100, V, a, do CPC/73, vigente à época do ajuizamento da ação: **"É competente o foro de domicílio do lugar do ato ou fato, para a ação de reparação de dano"**.

Ademais, segundo a jurisprudência desta Corte, **"a regra contida no artigo 100, V, a, do Código de Processo Civil, é norma específica em relação às do artigo 94 e 100, IV, do mesmo diploma, concluindo-se, por conseguinte, que para as ações de reparação de danos, tem-se por foro o lugar onde ocorreu o fato"** (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1501577/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA,

DJe de 02/08/2017).

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA DE PEDRO AFONSO - TO (suscitante), para o processamento do feito.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora